

**PROCESSO** - A. I. Nº 271351.0030/09-0  
**RECORRENTE** - PETRÓLEO DO VALLE LTDA. (PETROVALLE)  
**RECORRIDA** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSO** - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 4ª JJF nº 0403-04/09  
**ORIGEM** - IFMT - DAT/SUL  
**INTERNET** - 26/11/2010

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJE Nº 0409-11/10

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL - DAE. FALSIFICAÇÃO DO DOCUMENTO. A apresentação de Documento de Arrecadação Estadual falso, cujo recolhimento nele autenticado não consta dos registros da Secretaria da Fazenda, é suficiente para caracterizar o ilícito tributário previsto em lei e ensejar a penalidade respectiva. Argumentos relativos ao momento do início da ação fiscal e à eficácia do pagamento posterior feito pelo sujeito passivo são irrelevantes para o deslinde da questão, sobretudo porque o adimplemento da obrigação principal não afasta, por si só, o descumprimento da obrigação acessória, agravada, na espécie, ante o elevado grau de reprovabilidade da conduta. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime..

### RELATÓRIO

Cuidam os autos de Recurso Voluntário interposto contra a Decisão da 4ª Junta de Julgamento Fiscal (Acórdão JJF nº 0403-04/09), que concluiu pela procedência integral do presente Auto de Infração, no qual se aplicou em desfavor do sujeito passivo multa no valor de R\$10.316,96 pela utilização de documentos de arrecadação contendo rasura, adulteração ou falsificação.

A JJF, inicialmente, consignou ter constatado que foi lavrado Termo de Apreensão e Ocorrência nº 271351.0029/09-1, fl. 07, cuja descrição dos fatos informa que *“o contribuinte adquiriu 39.100 litros de álcool etílico hidratante carburante – AEHC, através do DANFE nº 4523, de 02.06.09, transportados nos veículos de placas BWB 6292 e KSR 1489, abordados em operação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal, às 20 horas do dia 02.06.09, quando foi constatado que o recolhimento do DAE da antecipação parcial e do ICMS relativo ao Adicional ao Fundo de Pobreza apresentado como comprovante do pagamento, datado de 02.06.09, não constava do sistema de arrecadação da SEFAZ. Salientamos que o contribuinte efetuou o pagamento dos referidos DAES somente em 03.06.09, após iniciada a ação fiscal”*.

Disse, ainda, que o Termo de Apreensão informa que a multa ora em questão foi gerada tendo em vista a apresentação de DAE para comprovar pagamentos efetivamente não realizados e que o contribuinte, de seu lado, afirmou, na defesa, que o pagamento dos impostos da operação consubstanciada na Nota Fiscal nº 4523 foi feito no período matutino do dia 03/06/09, antes de iniciada a ação fiscal.

Em seguida, a JJF asseverou que o DANFE 004523, fl. 10, expedido em 02.06.2009, serviu de transporte para 39.109 litros de Alcool etílico hidratado carburante, juntamente com o respectivo comprovante de transmissão (fl. 11), e o certificado de entrega do álcool nº 14.651 (fl. 12). No entanto, os comprovantes de pagamentos dos impostos havidos na operação, antecipação parcial (2175) e adicional ao fundo de pobreza (2133) que, segundo o autuado foram feitos no dia 03.06.09, estão apensos aos autos, conforme documentos de fls. 14/17, mas, datam do dia 02.06.09 e cujos números de séries são 901356626 e 901356648, mês de referência 06/2009, no valor de R\$1.376,20 e R\$782,18, respectivamente, que não aparecem no *“histórico de pag* do sistema de pagamento da própria Secretaria da Fazenda do Est do mesmo número de autenticação – 536500923368560735, do Banco

Prosseguiu, aduzindo que os pagamentos que estão efetivamente lançados no Sistema oficial de pagamentos estão anexos nos autos, fls. 20/23, com números de série 901363016 e 901363048, mês de referência 05/2009, nos valores R\$4.376,30 e R\$782,18, respectivamente.

Observou que cópias dos DAES e respectivos pagamentos de antecipação parcial e o adicional do fundo de pobreza, anexados pelo autuado, fls. 50/27, referem-se à DANFE 4524 e estes também constam do “*histórico de pagamentos realizados*” de fls. 18/19, servindo como mais um meio de prova da inidoneidade do documento de pagamento apresentado, que fundamentou a presente ação fiscal e o acerto do agente fiscal.

Posto isso, entendeu caracterizada a exigência contida na inicial, uma vez que os documentos de pagamento apresentados não constam efetivamente do sistema de arrecadação da Secretaria da Fazenda, como fazem prova o Termo de Apreensão, onde consta que a ação fiscal foi iniciada no dia 02.06.09, às 20 horas e o recolhimento do imposto elaborado somente no dia 03.06.09; além do extrato de pagamento e boletim de ocorrência policial.

Nesses termos, julgou procedente a multa de R\$10.316,96, de acordo com o art. 42, XI, Lei nº 7.014/96.

Inconformado, o sujeito passivo interpôs o Recurso Voluntário de fls. 71/75, no qual repete a tese defensiva, aduzindo, basicamente, que a legislação estadual vigente é clara ao preceituar no art. 26, RPAF, que o início de uma ação fiscal se dá com a apreensão ou arrecadação de mercadoria. Diz, ainda, que o referido pagamento, consubstanciado na Nota Fiscal nº 4523, objeto da ação fiscal do auto epigrafado, ocorreu antes de iniciada a ação fiscal, por isso a mesma deve ser extinta, conforme art. 156 do Código Tributário Nacional (art. 122, RPAF).

A PGE/PROFIS, no Parecer de fls. 80/82, opinou pelo Não Provimento do Recurso Voluntário, ao argumento de que não há dúvida quanto à conduta infracional descrita no presente lançamento tributário, eis que os documentos de arrecadação de fls. 14/17 não constam no histórico de pagamentos realizados, extraído do sistema SEFAZ.

## VOTO

Consoante relatado, o sujeito passivo foi acusado, no presente Auto de Infração, de ter utilizado documento de arrecadação contendo rasura, adulteração ou falsificação, conduta que está enquadrada como ilícito de natureza tributária e que possui penalidade cominada no art. 42, XXI, da Lei nº 7.014/96, *in verbis*:

*Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:*

*XXI - 2 (duas) vezes o valor consignado no documento, àquele que falsificar, viciar ou adulterar documento destinado à arrecadação de receita estadual, para utilizá-lo como comprovante de pagamento, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.*

Consoante se deduz da leitura da norma, o tipo sancionatório visa a reprimir a conduta daquele que falsifica, vicia ou adultera o documento destinado à arrecadação de receita estadual, com o fim de utilizá-lo como comprovante de pagamento. Constata-se, ainda, que é possível aplicar outra penalidade, além da multa fixada no referido dispositivo, tendo em vista a reprovabilidade da conduta e a possibilidade de a conduta enquadrar-se, também, em um tipo penal (falsidade documental, p. ex.).

A infração em análise, portanto, fica caracterizada quando o sujeito passivo pratica qualquer um dos verbos-núcleo do tipo sancionatório, não havendo qualquer repercussão para a imposição da penalidade o fato de a obrigação principal ter sido ou não adimplida. É dizer: ainda que o imposto tenha sido pago antes de iniciada a ação fiscal, uma vez sendo apresentado aos prepostos do fisco documento de arrecadação adulterado, fica caracterizado o ilícito e legitimada a imposição da multa respectiva.

No caso em análise, os DAE's de fls. 14 e 16, nos valores de R\$4.376,30 e R\$782,18, respectivamente, acompanhados dos comprovantes dos pagamentos de 02/06/2009, junto ao Bradesco, fls. 15 e 17, foram apresentados pela defesa. A abordagem feita pelos prepostos do Fisco baiano, nessa mesma data, não foi suficiente para caracterizar a infração.

Esses documentos fazem expressa referência ao DANFE nº 452

transporte de 39.109 litros de álcool hidratado carburante.

Sucedee que, consoante sobejamente comprovado nos autos, tais recolhimentos supostamente realizados em 02/06/2009 não constam do histórico de pagamentos da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, fls. 18/19. Em tal histórico, há apenas o registro quanto ao recolhimento dos DAE's de fls. 20 e 22, que foram recolhidos no dia seguinte, 03/06/2009, acerca dos quais, é bom que se registre, o próprio sujeito passivo confirma que são os documentos que materializam a quitação do tributo incidente sobre a operação.

Deve-se salientar que o contribuinte não dedica uma linha sequer de sua defesa ou de seu Recurso para infirmar a grave acusação que contra si é formulada de que são falsos os DAE's de fls. 14 e 16, cujos comprovantes de pagamento datam de 02/06/2009 (fls. 15 e 17). Esse silêncio milita em favor da versão dos fatos apresentados pelo auditor autuante, segundo que o sujeito passivo foi abordado em operação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal em 02/06/2009 e apresentou os comprovantes de recolhimento referidos linhas atrás, que não estão consignados no sistema de consulta de arrecadação da SEFAZ.

A par da falta de impugnação por parte do sujeito passivo, há ainda nos autos outro elemento probatório que confirma a legitimidade da autuação. Refiro-me ao Boletim de Ocorrências da Polícia Federal, fls. 27, narrando que *“em operação conjunta com a SEFAZ/BA, foram detectados diversos veículos transportando álcool helílico hidratado carburante, sendo que o referido veículo transportava 39.109 litros, com a mesma autenticação (536500923368560735), datada de 02/06/09, do Banco Bradesco, em diversos veículos”*.

Nas circunstâncias, tem-se, de um lado, os fatos narrados pelo auditor fiscal autuante e por policiais federais, corroborados por fotocópia dos documentos de arrecadação que foram apresentados pelo sujeito passivo em 02/06/2009, no momento da abordagem, e pela prova de que os pagamentos que o contribuinte alegou ter realizado em tal data não constam do sistema da Secretaria da Fazenda; do outro lado, tem-se o silêncio do contribuinte quanto à acusação de utilização de documento de arrecadação adulterado e a argumentação de que o pagamento posterior, datado de 03/06/2009, é válido para fins de extinção do crédito tributário, pois foi anterior ao início formal da ação fiscal.

Essa argumentação, contudo, de acordo com o que foi exposto neste voto, é tão ineficaz quanto o silêncio, pois nenhuma relevância tem para a sanção imposta no presente lançamento o fato do pagamento, posterior ou anterior, do imposto da operação de venda. A multa se justifica pela utilização de documento de arrecadação adulterado, conduta de elevado nível de reprovabilidade e que ficou efetivamente caracterizada, diante de todos os elementos do presente feito.

Ante o exposto, na esteira do opinativo da PGE/PROFIS, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **271351.0030/09-0**, lavrado contra **PETRÓLEO DO VALLE LTDA. (PETROVALLE)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$10.316,96**, prevista no art. 42, XXI, da Lei nº 7.014/96, com os acréscimos moratórios, de acordo com a Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de novembro de 2010.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA – PRESIDENTE

FÁBIO DE ANDRADE MOURA – RELATOR